A COOPERAÇÃO SOCIOPOLÍTICA – PERSPETIVA E PROSPETIVA, EDUCAÇÃO E ENSINO QUAL O FUTURO DA EDUCAÇÃO EM TIMOR-LESTE?

Domingos de Sousa

1. INTRODUÇÃO

> *"O desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade da sua educação." (Gadotti, p.3.)*

O Plano do Desenvolvimento Nacional (PDN, 2006, p. 1) apresenta a "*Educação como pilar fundamental no processo do desenvolvimento da nação e da redução da pobreza."* Considerando a função fundamental da Educação no desenvolvimento do país, bem como as dificuldades e desafios que ela enfrenta, pretende-se, aqui, fazer uma reflexão sobre a temática "*Qual será o futuro da Educação em Timor-Leste?"*. Uma temática complexa que inclui vários aspetos inter-relacionados.

Ao aceitar a proposta de contribuir para a revista de celebração dos 500 anos da presença portuguesa em Timor-Leste[1], pensamos selecionar problemas mais relevantes e urgentes da Educação em Timor-Leste hoje, quer no que diz respeito ao conhecimento do Homem Timorense, quer relativamente ao histórico da educação: *Portugalização*, *Indonesiação* e *Timorização*.

[1] "*A celebração dos quinhentos anos da presença portuguesa é considerada por alguns líderes timorenses como sendo o dia do nascimento da Identidade timorense. Foi com a presença portuguesa que surgiu a diferença entre o povo de Timor-Leste e os seus vizinhos*." (Mari Alkatiri, no encerramento da Conferência Internacional realizada nos dias 26 e 27 de janeiro, da Conferência. Nota do Autor.)

Na fase de *Timorização*, daremos ênfase ao objetivo da educação, à carência que começa a existir do nacionalismo, à capacitação dos recursos humanos para enfrentar os desafios presentes e futuros, nomeadamente no contexto dos professores nos diversos níveis de ensino e, finalmente, à intensificação do ensino da língua portuguesa.

2. CONHECIMENTO DO HOMEM TIMORENSE

Para que a Educação responda aos anseios do povo timorense, são precisas algumas condições, uma das quais é o conhecimento do Homem Timorense. Mesmo entre os timorenses não se conhece bem este conceito, sobretudo por parte de alguém que esteja influenciado pelos esquemas ocidentais. O Pe. José Martins S.J., no seu livro *Da Cruz ao Sol Nascente* (2014, p. 30), refere que quando chegou a Timor-Leste "*o que primeiro se tinha de fazer era despir-se das estruturas ocidentais, e começar a perceber o ritmo, a maneira de pensar, sentir e reagir do timorense*." Talvez tenha sido esse um dos grandes falhanços da Indonésia em Timor-Leste, o de querer igualar Timor-Leste a qualquer província indonésia. Hoje, a mesma tendência se repete com pessoas e organizações que chegam a Timor-Leste, querendo impor esquemas e diretrizes trazidos de fora para solucionar problemas locais.

É necessário um estudo antropológico sobre o homem timorense, que seja revelador da personalidade das diversas etnias. É relevante conhecer a história do povo timorense, a sua cultura, os sonhos e aspirações, o seu caráter, a sua heterogeneidade, o seu sentido de grupo e de família – este foi um dos fatores importantes que ajudou a sustentabilidade da resistência nos anos da ocupação –, o seu caráter esbanjador, consumista, em festas e cerimónias tradicionais, muito agarrado à cultura tradicional e ao culto dos mortos.

Urge apresentar, aqui, um histórico da educação de Timor-Leste, ou seja, um panorama geral sobre a Educação durante a colonização portuguesa, a ocupação indonésia e após a restauração da independência, a fim de se poder compreender o desenvolvimento da educação até aos dias de hoje e quais as perspectivas essenciais que merecem especial atenção para se fazerem os investimentos apropriados,

visando uma educação que responda às necessidades e aos desafios que Timor-Leste tem pela frente. Apresentamos de seguida, uma breve descrição das fases da educação neste país, correspondentes aos três períodos: *Portugalização, Indonesiação e Timorização.*

2.1. Portugalização

Na colonização portuguesa, o objetivo da educação era formar timorenses para serem bons portugueses. Dava-se ênfase ao estudo da Língua Portuguesa, história e geografia de Portugal e evitava-se falar da história de Timor-Leste e dos seus vizinhos.

Em 1974, o grupo coordenador para a reformação do ensino em Timor (GCRET) – do qual faziam parte o Alferes Miliciano Roque Feliz Jesus Rodrigues, o Alferes Miliciano António Barbedo Magalhães, a Professora Dulce Cruz, António Duarte Carverino, Manuel António Caldeira Baptista e João Martins – entregou a Lemos Pires, Governador da Província de Timor-Leste, uma descrição sumária da situação da educação, na qual salientou que "*Até cerca de 1960, o Estado quase ou nada tinha feito no domínio do ensino.*"

> "O principal problema em Timor-Leste era um ensino colonialista, um ensino que não tinha em conta as realidades e as necessidades timorenses; alienava os estudantes e levava-os a ignorar os problemas da sua terra, a tornarem-se incapazes de preparar homens aptos a servir a sua terra e o seu povo e preparava homens para servir o colonialismo. Ao alienar os estudantes da sua realidade e problemas, alienava-os também da sua cultura, destruindo a personalidade que lhes era própria." (GCRET, 1975, p. 17).

Apesar de tudo, os portugueses foram os que iniciaram o processo da Educação em Timor-Leste.

Depois da Revolta de Viqueque/Uatulari em 1959, o Governo Português começou com uma nova política de Educação, que conduziu ao surgimento de escolas, tal como se verifica na tabela 1.

Género de Escolas	Ano Letivo	Número de Escolas	Número de alunos
Ciclo Preparatório de 2 anos	1974-1975	15 escolas	2.177
Ensino Liceal de 5 anos	1974-1975	3 escolas e um Seminário	761
Ensino Técnico de 3 anos	1974-1975	1 escola em Díli	318 alunos
Escola de Habilitação de professores do posto/Canto Resende	1974-1975	1 escola em Díli	282 alunos
Escola de Artes e Ofícios de 3 anos uma em Díli e outra em Fatumaca	1974-1975	2 escolas em Díli e Fatumaca	Uma dezena de alunos
Ensino Chinês	1974-1975	15 escolas primárias	14 no interior com 400 alunos 1 em Díli com 800 alunos
		1 escola secundária de 6 anos	300 alunos

Tabela 1. Evolução do número de escolas, alunos e docentes no Timor-Leste Português, entre 1973-1974[2]

2.2. Indonesiação

Quando a política da descolonização se deu em Portugal, a notícia era agradável aos indonésios e com ela soou o sino de alarme, que precedeu a luta pela libertação de Timor-Leste. O desejo da Indonésia era que Timor-Leste voltasse à sua pátria mãe; os movimentos aventureiros que desejassem uma independência fora da grande República da Indonésia eram considerados movimentos de separatismo.

A grande preocupação era tornar Timor-Leste indonésio em todos os aspetos. A estratégia empregue foi a introdução sistemática da Língua Indonésia – *Bahasa Indonésia* – e acabar, de uma vez para sempre, com o ensino da Língua Portuguesa. Para isso, foram imediatamente enviados professores de Atambua, cidade vizinha da fronteira entre a Indonésia e Timor-Leste. Os soldados indonésios, além das atividades da guerra, também se envolveram no ensino do *Bahasa Indonésia*, o que fez com que, cerca de oito anos depois, a Língua Indonésia se tornasse quase como uma segunda língua para os timo-

[2] Fonte: GCRET, 1975, pp. 14-15

renses. A origem comum da Língua Indonésia e de alguns dialetos timorenses, bem como o facto de muitas palavras do Tétum e dos dialetos timorenses se assemelharem às do *Bahasa Indonésia* facilitaram a aprendizagem desta língua pelos timorenses.

A educação indonésia visava formar cidadãos "*pancasilais",* imbricados do espírito de *Pancasila*, a filosofia do estado regida por cinco princípios:

1.º Acreditar num só Deus;
2.º Humanidade justa e civilizada;
3.º Unidade da Indonésia;
4.º Democracia orientada pela sabedoria interna na unanimidade, nas deliberações entre representantes;
5.º Justiça social para todo o povo indonésio.

Todo o cidadão indonésio devia pertencer a um *Satu Nusa, Satu Bangsa, Satu Bahasa* (um Povo, uma Pátria e uma Língua). A estratégia utilizada para atingir esse objetivo foi a proibição do ensino da Língua Portuguesa e a introdução da Língua Indonésia, essencialmente na educação, como meio mais eficaz para assegurar e consolidar a integração política. Abriram-se escolas em grande quantidade e os primeiros professores foram os próprios militares, graças aos quais a Língua Indonésia se expandiu rapidamente.

Pelo Decreto N.º 0258/0/1979, de 14/11/1979, foi estabelecido o *Dinas Pendidikan dan Kebuayaan*, ou seja, os Serviços de Educação e Cultura e o *Kantor Wilayah Pendidikan dan Kebudayaan*, ou seja, os Serviços Regionais de Educação e Cultura, um pequeno Ministério da Educação e Cultura na Província. Os Serviços Regionais dependiam mais diretamente do Ministério da Educação Central de Jacarta do que do Governo das Províncias.

Os funcionários eram, maioritariamente, indonésios, mais especificamente javaneses. Pode verificar-se o resultado do esforço indonésio na educação nas tabelas 2 e 3, a seguir apresentadas.

N.º	Distritos	Jardins de Infância	Escola Primárias	Escolas Pré--Secundárias	Escolas Secundárias	Escolas Vocacionais	Escolas para crianças com necessidades especiais	Universidades ou Institutos
1.	Aileu	3	34	5	2	1		
2.	Ainaro	2	50	12	2	0		
3.	Ambeno	2	42	5	2	1		
4.	Baucau	3	93	15	3	3		
5.	Bobonaro	6	121	10	3	0		
6.	Cova lima	3	76	12	2	2		
7.	Díli	21	58	16	10	6	1	6
8.	Ermera	9	67	6	3	0		
9.	Liquiça	3	42	5	2	1		
10.	Lospalos	4	45	8	2	0		
11.	Manatuto	3	46	8	2	1		
12.	Manufahi	4	48	7	1	1		
13.	Viqueque	3	56	9	3	1		
Total		66	788	114	37	17	1	6

Tabela 2. Dados das escolas

N.º	Escolas	Total	Professores	Alunos
1.	Jardins de infância	66	–	1
2.	Escola para crianças com necessidades especiais	1	13	45
3.	Escolas Primárias	788	6.672	167.181
4.	Escolas Pré-Secundárias	114	1.963	32.197
5.	Escola Secundárias	37	1.059	14.626
6.	Escolas Vocacionais	17	478	4.347
7.	Universidade	1	46	3.498
8.	Escola Politécnica	1	160	450
9.	Instituto Pastoral Indonésio	1	16	260
10.	Escola Superior de Economia	1	32	473
11.	Instituto de Educação para professores	1	7	40
12.	Academia de Saúde	1	32	400

Tabela 3. Dados de Professores e Alunos[3]

[3] *Kanwil Depdikbud* – Departamento dos Serviços Regionais da Educação e da Cultura – Díli – Ano de 1999.

Além da construção das escolas em Timor-Leste, também foram enviados os primeiros estudantes para Java, e não para as províncias, com o objetivo de mais facilmente beberem a influência indonésia, impedindo-os de transmitirem aos provincianos o vírus da independência.[4] Muitos jovens conseguiram, ter acesso às escolas dos jardins de infância, primárias, pré-secundárias, secundárias, bem como às Universidades e a outras instituições do ensino superior.

2.3. Timorização

Após a Restauração da Independência, Timor-Leste encontrou pela frente grandes desafios:

a) As infraestruturas encontravam-se completamente destruídas;
b) Mais de metade da população tinha idade inferior a 25 anos;
c) A esmagadora maioria de professores recrutados nos primeiros anos não possuía qualificação adequada.

No início da Restauração da Independência, dizia-se: "recrutar professores para entreter os alunos", para não os deixar na ociosidade. A faixa etária da maioria da população impunha um urgente e significativo esforço de investimento nas várias etapas do sistema do ensino. A falta de recursos humanos era, assim, o desafio mais urgente, que precisava de uma atenção especial.

A Indonésia, ao sair de Timor-Leste, deixou atrás de si um número reduzido de professores timorenses qualificados, especialmente nos níveis das escolas pré-secundárias, secundárias e técnicas, mas também no nível universitário. Na escola primária, a situação não era tão má, pois havia professores suficientes, provenientes tanto do Governo Português, como também do Governo Indonésio, que desde o início da ocupação estabeleceu um grande programa para a formação de professores da escola primária, na *Sekolah Pendidikan Guru,* ou seja*,* Escola de Educação para Professores. Para os níveis do pré-secundário e secundário, havia apenas um total de 88 professores. Em relação à universidade de Timor-Loro Sae, a única

[4] O autor do artigo pertencia ao grupo dos primeiros estudantes enviados a Java em 1978.

existente, a situação era mais complicada, visto que faltavam docentes em número e em qualidade.

Com a independência, surgiu o problema de como educar o timorense segundo os moldes timorenses – *timorizar* a educação, dando-lhe um cunho tipicamente timorense. A educação ganha um novo conceito, como foi mencionado anteriormente no *Plano do Desenvolvimento Nacional* (PDN, 2006, p. 1), sendo considerada *"como pilar fundamental no processo do desenvolvimento da nação e da redução da pobreza,"* constituindo um fator crucial para o desenvolvimento político, social, cultural e económico do país.

O desenvolvimento da educação desde a Restauração da Independência até à presente data pode ver-se na tabela 4.

N.º	Municípios	Pré-Escolar	Escola Básica	Escolas Secundárias	Escolas Vocacionais
1.	Aileu	852	13. 074	2.149	135
2.	Ainaro	584	18. 997	2.262	–
3.	Ambeno	687	17. 872	1.608	402
4.	Baucau	715	22. 130	4.893	782
5.	Bobonaro	2.133	27. 582	3.035	265
6.	Covalima	765	17. 373	2.786	350
7.	Díli	4.156	46. 759	18.595	3.294
8.	Ermera	902	37. 274	2.667	527
9.	Liquiça	1.168	16.794	2.139	257
10.	Lospalos	1.183	20. 103	2.515	369
11.	Manatuto	691	13. 091	1.285	247
12.	Manufahi	1.306	14. 455	2.436	132
13.	Viqueque	1.470	21.760	2.904	84
Total		16.612	287.264	49. 344	7.248

Tabela 4. Número de alunos segundo os diversos níveis de ensino[5]

[5] Fonte: Direção dos ensinos: 1. Pré-Escolar; 2. Básico; 4. Secundário; 5. Vocacional, Díli, janeiro de 2014.

Universidades e Institutos	Estudantes Ativos		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
Universidade Nacional de Timor –Leste (UNTL)	10.791	8.931	19.722
Universidade da Paz (UNPAZ)	5.547	3.859	9.406
Universidade de Díli (UNDIL)	1.440	1.216	2.652
Universidade de Timor-Leste Oriental (UNITAL)	1.260	1.024	2.284
Institute of Business (IOB)	1.500	1.517	3.017
Díli Institute of Technology (DIT)	1.924	1.359	3.283
Instituto Superior Cristal (ISC)	3.004	2.220	5.224
East Timor Coffee Institute (ETCI)	467	174	641
Instituto de Ciências Religiosas (ICR) São Tomás de Aquino	141	252	393
Instituto Professional de Canossa (IPDC)	211	224	435
Instituto Católico para a Formação de Professores (ICPF)	48	116	164

Tabela 5. Estudantes registados em 2013 nas universidades e instituições do Ensino Superior[6]

Apesar de a Educação se ter desenvolvido desde a Restauração da Independência, surgem problemas que exigem uma consideração especial. O país está a ser alvo de uma ameaça: a perda de memória do espírito nacionalista no seio da juventude, que parece desconhecer a história recente da libertação. Este facto pode estar a ocorrer devido à falta de informação e de ênfase sobre esse período no Currículo do Ensino da História de Timor-Leste. Como consequência, surge o desconhecimento da história do País por parte da nova geração, especificamente no que diz respeito à Luta pela Libertação Nacional.

Isto não significa que a juventude timorense não esteja interessada em saber a história do seu país. A conferência internacional realizada pelo Arquivo e Museu da Resistência Timorense, nos dias 26 e 27 de janeiro de 2015, mostrou claramente como a juventude está ansiosa por conhecer o seu passado: os jovens participantes, provenientes de diversas escolas e universidades, encheram o salão nobre

[6] Fonte: Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica – dezembro de 2014.

do Ministério dos Negócios Estrangeiros durante os dois dias deste evento, tendo assistido na íntegra à conferência, com manifesto interesse pela história da Resistência Timorense.

Durante o período da Resistência, o lema que orientou a luta pela Independência foi *"Mate ka Moris Ukum Rasik An*", ou seja, "Morte ou Vida, Independência", motor dinamizador que parece ter sido substituído hoje por uma nova filosofia – "*Faz-se o que convém",* segundo uma recente declaração do Bispo Dom Basílio do Nascimento na TVTL, em janeiro de 2015. A frase pode ser interpretada como "faço apenas o que me traz proveito".

É necessário que a memória dos acontecimentos que se deram em Timor-Leste não se apague entre os homens com o passar dos tempos, para que os feitos admiráveis dos heróis e os sacrifícios de todo o povo timorense e dos que lutaram pela libertação não caiam no esquecimento. Evitar o esquecimento de factos e feitos, evitar a desvalorização do que é valoroso e glorioso, bem como conhecer as razões dos conflitos, na condução da guerra até à sua total libertação, é uma luta contra a perda da memória.

"*Nada é durável na modernidade. Aquilo que é recém-criado, imediatamente torna-se envelhecido, cai no esquecimento*"[7] e o esquecimento passa a ser caraterística da modernidade, portanto uma questão de sobrevivência do homem moderno, num mundo em que há uma perda de memória**.** É uma tarefa do Governo, especificamente do Ministério da Educação, lutar pela preservação da memória**.**

A já anunciada abertura de uma Faculdade de História na Universidade de Timor Loro Sae constitui uma boa iniciativa, que irá ajudar os jovens a se sentirem orgulhosos do seu passado épico e a terem como exemplo de vida os heróis timorenses que os precederam e que lhes legaram um país independente. Tal como refere a historiadora brasileira Emília Viotti da Costa, *"Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado."*

Imortalizar a luta da Frente Armada, da Frente Clandestina e da Frente Diplomática é crucial para o nosso país. Muitos factos ainda estão frescos na memória de muitos protagonistas da luta armada – testemu-

---

[7] Walter Benjamin, *apud* José Walter Nunes, *Património Subterrâneo de Brasília*, p. 41

nhos vivos da libertação nacional. É necessário rentabilizar a experiência da resistência timorense, dos guerrilheiros, dos clandestinos, levá-los ao encontro da juventude nas escolas, nas universidades e fomentar o desenvolvimento da consciência nacional e o sentido de pertença.

Após a independência, perguntamo-nos: que tipo de homem timorense a Educação pretende formar nas suas escolas para enfrentar os desafios que lhe surgem pela frente? Para onde a Educação quer levar Timor-Leste e os timorenses? De que maneira a Educação prepara os seus cidadãos para enfrentarem a nova situação de contínua mudança?

O século XXI exige que Timor-Leste se adapte à velocidade que a sociedade e o novo contexto impõem, com a globalização, a liberalização do comércio, a industrialização, a celeridade da comunicação, as novas tecnologias, a evolução da informática, as mudanças constantes e a competição inerente a esta nova era. Há diversas contradições que estruturam o futuro, tal como demonstrou Phillippe Perrenoud *et alii* no livro *As competências para ensinar no século 21 – A formação de professores e o Desafio da Avaliaç*ão (2002, p. 14):

> "(...) cidadania planetária e identidade local, globalização económica e fechamento político, liberdades e desigualdades, tecnologia e humanismo, racionalização e fanatismo, individualismo e cultura de massa, democracia e totalitarismo."

Efetivamente, neste contexto, é preciso preparar a sociedade timorense para lidar com surpresas inevitáveis que possam surgir, apontadas por Cecília Braslavsky, na sua obra *Dez fatores para uma educação de qualidade para todos no século XXI* (2004, p.10) – referimo-nos à esperança de vida mais prolongada e com mais qualidade, devido à medicina e às tecnologias modernas; à mobilidade das pessoas, que se verifica nos dias de hoje; ao crescimento exponencial do conhecimento, de que já resultaram várias descobertas, como os painéis solares; ao aumento exponencial das comunicações, nomeadamente graças aos telemóveis e videoconferências; à interdependência, uma vez que ninguém pode viver isolado.

A entrada de Timor-Leste na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a futura admissão na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) intensificam ainda mais esses desafios, implicando uma preparação adequada do país para responder aos mesmos com sucesso.

Uma das respostas aos desafios acima mencionados reside, acredita-se, na Educação, através da qual se capacitam os recursos humanos, se muda a mentalidade de tradicional para uma mentalidade moderna, a qual se traduz em responsabilidade, ética no trabalho, rentabilização do tempo, planificação do trabalho, caraterísticas estas que não estão muito em sincronia com a mentalidade tradicional timorense.

Na verdade, a falta de "amor" ao trabalho duro e responsável, a ausência de ética laboral, a desmotivação e impaciência de quem opta pelo mais fácil levam o timorense a ser posto de lado, quer pelos empresários internacionais, quer pelos locais. Face a esta situação, muitos jovens emigram à procura de trabalho para países como Irlanda e Inglaterra – diariamente, jovens fazem fila na Embaixada de Portugal, visando obter o passaporte português e, assim, poderem emigrar –, enquanto estrangeiros entram em Timor-Leste para se ocuparem do comércio e de outros empregos, beneficiando da situação económica favorável de que o país dispõe atualmente.

É consensual que o fator geográfico condiciona a juventude do nosso país – a sua natureza insular coloca o timorense numa posição em que necessita de sair para melhorar a sua visão global do mundo, adquirindo mais experiência. No entanto, num país em que há uma necessidade premente de recursos humanos, o facto de a emigração ser o objetivo da nossa juventude denota que qualquer coisa não está bem. Note-se, ainda, que esses jovens saíram das escolas timorenses, onde o governo investiu avultadas quantias em professores e infraestruturas.

O que acima referimos é motivo para se fazer uma *endoscopia* ao nosso sistema educativo, a fim de se detetarem as lacunas nele existentes e de dar lugar a uma política de educação adequada, que permita desenvolver a educação de modo a responder, de forma efetiva, às necessidades do país. Tal como se refere no documento *Improving Primary Education in Developing Countries* (Lockeded *et alii*, p. 30), esta mesma ideia foi referida em 1976 pelo presidente Julius Nyerere da Tanzânia, o qual declarou que se devia estabelecer um sistema educativo no seu país adaptado às necessidades existentes, nomeadamente no que diz respeito à agricultura.

Vejamos o que está a suceder na capital de Timor-Leste: jovens provenientes de regiões agrícolas de café de outras áreas com potencial agrícola vêm para Díli para serem taxistas, funcionários de limpeza, vendedores de rua, servidores públicos de nível baixo. A verdade

é que se estes jovens tivessem aptidão para a agricultura, a pecuária ou a pesca, possivelmente não viriam para Díli.

Atualmente, Timor-Leste apresenta-se como um país agrícola, que tem no turismo uma grande fonte de riqueza, com uma forte presença estrangeira em empresas, hotéis, restaurantes, carpintarias, construção civil, oficinas, particularmente de nacionalidade chinesa, cujos cidadãos abrem lojas em locais estratégicos, sufocando a iniciativa dos timorenses, que não possuem qualificação para com eles competirem, ao que acresce o facto de, desta forma, o capital ser desviado para fora do país. A Educação deverá, necessariamente, ter em consideração o contexto do país e orientar a capacitação dos seus recursos humanos para estas áreas, reforçando o sistema de educação vocacional, com vista a encontrar um potencial humano que responda às diversas demandas técnicas e comerciais. É, assim, necessário promover o ensino vocacional, com o objetivo de dotar os estudantes de competências técnicas que lhes permitam aceder ao mercado de trabalho com maior facilidade, nomeadamente os que são socialmente desfavorecidos.

Perante a grande presença estrangeira no mercado timorense, qual é a resposta do Ministério de Educação, do Ministério do Trabalho e da Imigração? Deixar que essa onda de *invasão* continue? Até quando?

No cenário da globalização, Timor-Leste recebe trabalhadores e empreendedores estrangeiros, enquanto os timorenses saem para outras nações, tais como Coreia do Sul, Irlanda ou Inglaterra, muitos dos quais, infelizmente, sem possuírem uma aptidão técnica, a não ser a sua força física.

Deve-se planear, com a devida antecedência, a capacitação dos recursos humanos, de forma intensiva e perspectivando-a como uma das grandes fontes de riqueza nacionais, em vez de se ficar à espera, unicamente, do petróleo e do gás natural.

O objetivo da formação do cidadão timorense será, tal como foi declarado na política nacional de educação, "Formar o Timorense com uma Educação de Qualidade."

Investir numa educação de qualidade é investir na capacitação dos recursos humanos, tal como fizeram alguns países da Ásia, nomeadamente Coreia do Sul, Singapura, Japão ou Hong Kong. Investir no capital humano timorense é capacitar os recursos humanos com conhecimento, aptidões, habilidades de informação, maturidade moral com o objetivo de desenvolver a nação e o desenvolvimento pessoal. Acreditamos que é na

Educação que se treina e se forma o potencial humano para os vários campos e níveis de aptidões requeridas para o desenvolvimento económico.

Para evitar que estrangeiros tomem conta de todos os trabalhos técnicos, até dos mais simples, é necessário capacitar jovens timorenses, de forma intensiva, com cursos técnicos de pequena duração, como os que o centro de aprendizagem SENAI providencia: eletricidade, panificação, costura, construção civil, canalização, carpintaria, pedreiro, gestão de pequenos restaurantes, gestão de pequenas empresas, gestão de pequenos quiosques, lojas, cabeleireiro, manicure, culinária, sapateiros, empresas de limpeza, manutenção de computadores, jardineiros, fotógrafos, entre outros. Graças a este tipo de cursos, o governo não deixará nenhum jovem sem nenhuma aptidão, apenas confiando na sua força física e exposto à exploração de empresários a qualquer preço.

Quanto à capacitação dos recursos humanos através de bolsas de estudo para outros países, seria bom estabelecer certas diretrizes e critérios mediante um programa estrategicamente planeado para todos os níveis e em todos os setores, num trabalho integrado entre ministérios, com o objetivo de responder aos desafios presentes e futuros. Neste âmbito, revela-se necessário elaborar um estudo de viabilidade sobre as áreas de prioridade identificadas por cada ministério e oferecer as bolsas de estudo segundo as propostas dadas pelos próprios ministérios. Poder-se-iam, por exemplo, colocar as seguintes perguntas ao Ministério da Saúde: *Quantos urologistas são necessários para responder às necessidades de Timor-Leste nos dias de hoje nos próximos vinte anos? Quantos oftalmologistas? Quantos especialistas em otorrinolaringologia? Quantos internistas? Quantos técnicos para a manutenção dos materiais hospitalares? Quantos neurologistas*? Com base nas respostas a estas perguntas desenhar-se-ia o referido plano.

Estabelecidas as prioridades, o governo lança o programa de bolsas de estudo, ao qual concorrem diversos candidatos. Mesmo que haja financiamento por parte de doadores, o governo pode negociar para que as bolsas de estudo oferecidas sejam orientadas primeiramente para responder às necessidades prioritárias da nação.

Em relação ao Ministério da Educação, é necessário que este tenha especialistas em diversas áreas: currículo, desde o Jardim de Infância até à Universidade; avaliação, para os vários níveis escola-

res; gestão escolar; planeamento educacional; política de educação; formação de professores; psicologia do desenvolvimento; gestão de projetos escolares. Se o Ministério não planear e investir na capacitação dos recursos humanos, continuará a ser servido por funcionários amadores sem qualificação e continuará a confiar nos assessores, cujo trabalho é essencialmente a capacitação e não a prestação de serviços. A Comissão da Função Pública, que tem debaixo da sua tutela 32.000 funcionários, mas onde não há nenhum especialista em gestão de recursos humanos, é um exemplo clássico da falta de planeamento estratégico da capacitação dos recursos humanos dos diversos ministérios, tal como constatou o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. Rui Maria de Araújo, durante a visita a esta instituição no passado mês de fevereiro.

Em suma, pretende-se que o funcionário timorense seja "*the rigth men on the right place*".

3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Um dos fatores importantes para obter uma educação de qualidade em Timor-Leste atualmente e no futuro é a formação de professores. Quer queiramos, quer não, são os professores que irão determinar a qualidade do futuro da Educação. Bons professores formarão bons alunos, bons alunos serão bons cidadãos e bons cidadãos farão uma boa nação.

Timor-Leste tem que se abastecer a si mesmo com os seus próprios recursos humanos e diminuir a dependência do apoio externo. É conveniente repensar na modificação do programa de capacitação de professores segundo o molde utilizado durante a situação de emergência, que ainda funciona. Para isso, é preciso rentabilizar a Formação Inicial na Faculdade de Educação da Universidade Nacional de Timor-Leste, tornando-a mais eficiente facilitando o acesso a candidatos jovens. Nesse sentido, é necessário:

1. Fazer um estudo de viabilidade sobre professores segundo a faixa etária;
2. Recolher dados sobre o número de professores de cada área do ensino, os qualificados e os por qualificar e qual o número requerido.

Com base nesta pesquisa, o Ministério da Educação deve atribuir bolsas de estudo aos alunos na Universidade de Timor-Leste, nomeadamente na Faculdade de Ciências da Educação e deve garantir, junto da Comissão da Função Pública, que os licenciados sejam automaticamente integrados na Carreira Docente, sem necessidade de se submeterem aos exames de admissão, visto que os quatro anos de formação lhes garantem a qualidade necessária. Sugerimos, ainda, que o corpo docente da universidade possa contar, neste cursos, com a cooperação dos países da CPLP.

Desta forma, espera-se que, num período de 5 a 15 anos o problema da qualidade e quantidade de professores necessários se resolva.

Pela tabela que apresenta os dados dos professores das escolas pré-primárias, ou seja, Jardins de Infância – tabela 6 –, constata-se que, dos 423 professores, 354 têm como habilitação académica apenas o ensino secundário (12º ano), não possuindo nenhuma preparação pedagógica para desempenharem a função de educadores da infância.

N.º	Distritos	Nível Académico							
		Bacharelato em Educação	Escola Primária	Licenciado	12º Ano	SPG/Escola de Educação para professores	Diploma	Obs.	Total
1.	Aileu	1	–	–	17	–	–	–	18
2.	Ainaro	1	1	–	5	4	–	–	11
3.	Baucau	1	1	–	–	4	–	–	6
4.	Bobonaro	–	1	2	58	1	1	–	63
5.	Covalima	–	–	–	14	4	–	–	18
6.	Díli	6	3	3	153	10	2	–	177
7.	Ermera	2	3	–	11	1	–	–	17
8.	Manatuto	–	–	–	8	4	–	–	12
9.	Manufahi	–	1	–	36	2	–	–	39
10.	Lautem	–	3	–	10	1	–	–	14
11.	Liquiça	–	1	–	32	–	–	–	33
12.	Viqueque	–	1	1	10	–	2	1	15
13.	Oecusse	–	–	–	–	–	–	–	–
TOTAL		11	15	6	354	31	5	1	423

Tabela 6. Dados dos Professores da Pré-Escolar segundo o nível académico[8]

[8] Fonte: Direção Nacional do Ensino Pré-Escolar – janeiro de 2015.

A tabela 7, relativa aos professores do Ensino Básico, demonstra que dos 7.890 professores do ensino básico/pré-secundário apenas 2.232 têm qualificação formal, enquanto que 5.658 ainda não preenchem os requisitos para serem professores do Ensino Básico. A habilitação mínima para um docente exercer funções no Ensino Básico é o nível de Bacharelato, desejavelmente em Educação, de forma a garantir alguma preparação técnica no processo do ensino aprendizagem.

N.º	Municípios	Habilitações Académicas						
		Bacharelato em Educação	Bacharelatos em ser em Educação	Licenciado em Educação	Licenciado sem ser em Educação	Mestrado	Secundário	Total
1.	Aileu	17	67	–	8	–	185	277
2.	Ainaro	53	25	–	5	–	239	322
3.	Baucau	24	331	–	41	–	373	769
4.	Bobonaro	62	117	17	17	1	529	743
5.	Covalima	9	67	1	21	–	503	601
6.	Díli	187	183	25	89	–	945	1.429
7.	Ermera	88	25	7	18	–	569	707
8.	Manatuto	41	37	–	7	–	312	397
9.	Manufahi	72	16	2	12	–	355	457
10.	Lautem	51	86	12	14	–	471	634
11.	Liquiça	7	83	4	21	–	377	492
12.	Viqueque	28	118	3	24	–	480	653
13.	Oecusse	15	52		10	–	320	397
T o t a l		654	1.207	71	287	1	5.658	7.878

Tabela 7. Dados de Professores do nível Académico do Ensino Básico/Pré-Secundário[9]

No ensino secundário, cujos dados podemos observar na tabela 8, dos 1.556 professores, 241 têm apenas o nível secundário, 35 possuem uma qualificação desconhecida e 5 têm o nível inferior do secundário. E mesmo os que possuem a licenciatura e o bacharelato, os dados não demonstram, a área da sua especialização.

[9] Fonte: Direção Nacional do Ensino Básico – Ministério de Educação – janeiro de 2015.

Municípios	Habilitações Académicas						
	Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Qualificação Desconhecida	Inferior ao Secundário	Total
Aileu	17	23	27	4	3	–	74
Ainaro	8	16	25	1	3	–	53
Baucau	30	47	86	7	2	–	172
Bobonaro	26	39	62	2	2	–	131
Covalima	20	17	40	0	4	1	82
Díli	44	94	380	22	4	2	546
Ermera	7	15	31	0	2	–	55
Lospalos	12	39	47	6	2	2	108
Liquiça	8	14	23	1	0	–	46
Manatuto	11	9	24	1	0	–	45
Manufahi	10	22	26	0	3	–	61
Oecussse	15	14	20	0	3	–	52
Viqueque	33	41	61	3	7	–	145
Total	241	390	852	47	35	5	1.570

Tabela 8. Dados de professores por habilitação literária Ensino Secundário[10]

Relativamente ao ensino técnico vocacional, cujos dados podemos observar na tabela 9, dos 405 professores, 107 têm apenas o nível secundário, 2 têm apenas certificado (deve ser da Língua Portuguesa); 1 da escola portuguesa antes da ocupação indonésia e 1 da quarta classe do tempo português e 15 possuem uma classificação desconhecida.

Municípios	Habilitações Académicas							Total
	Secundário	Diploma	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Qualificação Desconhecida	Inferior ao Secundário	
Aileu	2	–	4	9	–	–	2 certifica ção.	17
Ainaro	–	–	–		–	–	–	
Baucau	10	14	1	6	–	2	–	33
Bobonaro	1	4	–	4	1-S2	–	–	10
Covalima	6	–	10	15		1	–	32

[10] Fonte: Direção do Ensino Secundário – Ministério de Educação – janeiro de 2015.

Díli	45	44	10	75	1	4	–	179
Ermera	2	1	2	8	2	–	–	15
Lospalos	8	12	–	4	–	–	1-ETP	25
Liquiça	2	1	1	6	–	–	–	10
Manatuto	–	–	–	-	–	–	–	
Manufahi	21	3	–	11	–	7	1de 4acl	43
Oecussse	7	2	4	10	–	–	–	23
Viqueque	3	9	–	5	–	1	–	18
Total	107	90	32	153	3	15	4	405

Tabela 9. Número de professores por habilitação literária do Ensino Técnico-Vocacional[11]

Os dados apresentados comprovam a falta de professores qualificados, o que continua a ser o grande problema do Ministério da Educação. Para isso, o Governo/Ministério da Educação têm que conceber um programa de grande investimento na formação de professores com um novo paradigma. O futuro da Educação em Timor-Leste será aquilo que forem os professores hoje.

3.1. Capacitação dos professores da UNTL

Seria conveniente pensar em investir seriamente no reforço das competências científicas e pedagógicas dos professores das universidades timorenses, especificamente da Universidade Pública (UNTL), a fim de garantir um ensino aprendizagem de qualidade aos estudantes e evitar que procurem universidades no estrangeiro que, algumas vezes, não possuem qualidade, mas representam uma considerável implicação orçamental para o governo e/ou para as famílias.

O número de professores qualificados no Ensino Superior ainda é muito limitado, a maioria dos quais possui apenas o nível de *under graduate-gradução*, como podemos verificar na tabela 10, o que tem um forte impacto na qualidade dos alunos saídos dessas universidades.

[11] Fonte: Direção do Ensino Técnico Vocacional – janeiro de 2015.

N.º	Instituição	Acrónimo	PhD	Mestrado	Pós-Graduação	Graduação	Diploma III	Total
1.	Universidade Nacional Timor Loro Sa'e	UNATIL	14	238	12	257	2	523
2.	Universidade da Paz	UNPAZ	67	64	6	135	0	272
3.	Universidade de Díli	UNDIL	2	57	2	113	0	174
4.	Universidade Oriental Timor Loro Sa'e	UNITAL	9	63	9	278	0	359
5.	Institute of Business	IOB	9	21	0	68	0	98
6.	Díli Institute of Technology	DIT	3	48	0	89	4	144
7.	Instituto Superior Cristal	ISC	6	42	0	223	0	271
8.	East Timor Coffee Institute	ETCI	0	19	0	78	1	98
9.	Instituto de Ciências Religiosas "São Tomás de Aquino"	ICR	1	23	0	14	2	40
10.	Instituto Professional de Canossa	IPDC	2	21	18	15	1	57
11.	Instituto Católico Formação de Professores	ICFP	0	8	7	1	0	16

Tabela 11. Dados de docentes nas Universidades segundo a Classificação Académica[12]

Efetivamente, é urgente que haja um grande investimento na formação de professores das universidades e se estabeleça um programa nacional, designadamente na Universidade Nacional de Timor Loro Sa'e (UNTL), a fim de atribuir mais bolsas para cursos de Mestrado e Doutoramento.

Seria, ainda, vantajoso estabelecer uma coordenação com os Governos/Ministérios de Educação de países estrangeiros, especificamente com a Indonésia, para obter informações pormenorizadas sobre o estatuto das universidades (acreditadas e não acreditadas), para informar a opinião pública timorense, com o objetivo de impedir que estudantes timorenses frequentem universidades ou institutos superiores que nem sequer são reconhecidos pelo governo do seu País.[13]

[12] Fonte: Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANNAAA) – dezembro de 2014.

[13] Num encontro com representantes da Educação Indonésia, uma representante do Ministério da Educação alertou o Ministério da Educação de Timor-Leste

3.2. Reforçar e melhorar o Ensino da Língua Portuguesa

Urge reforçar e intensificar o ensino da Língua Portuguesa em todos os níveis de ensino, desde o jardim de infância à universidade, como um instrumento rico para a aprendizagem e como língua de ciência, de tecnologia e de conhecimento, dando garantias de que o processo de ensino e aprendizagem decorrerá da melhor maneira e em conformidade com a Constituição da RDTL. Com isso, espera-se que quando o estudante chegar à universidade a língua deixe de ser um obstáculo ao processo de aprendizagem. Sem o efetivo domínio da Língua Portuguesa, os alunos não terão a possiblidade de rentabilizar os seus estudos.

Atualmente, nota-se alguma falta de desinteresse/desleixo na reintrodução da Língua Portuguesa como veículo de comunicação, o que tem uma implicação forte no processo de aprendizagem. A origem de tudo isso parece provir da falta de vontade política dos diversos governos que têm tido uma atitude ambígua, estando assim, consciente ou inconscientemente, a sacrificar os seus próprios cidadãos e o seu futuro.

Numa situação como em Timor onde existem mais de trinta e tal dialetos, não parece convenientemente *pragmático* colocar as *línguas maternas* como prioridades nacionais, sacrificando os objetivos principais que temos como a aprendizagem da Língua Portuguesa e o Tetum em fase de desenvolvimento, a capacitação dos professores, a gestão escolar, materiais didácticos além de grandes e urgentes problemas que o Ministério da Educação enfrenta presentemente.

Quanto mais cedo uma criança aprender uma língua nem que seja a sua segunda língua, terá melhor a possiblidade de dominar essa língua (Português), e falar melhor. A prova está nos mais idosos que falam corretamente o Português porque desde os primeiros anos da escola aprenderam a Língua Portuguesa.

Com o Decreto Lei No. 4/2015 de 14 de janeiro que apenas possibilita os alunos de aprender a Língua Portuguesa a partir do 5º ano impedem as crianças de rentabilizar o seu tempo para aprendizagem da Língua Portuguesa.

---

para que não enviasse estudantes para as universidades indonésias que não possuam reconhecimento do Ministéro da Educação da Indonésia. As Filipinas são um bom exemplo, pois não aceitam estudantes estrangeiros nas universidades que não são acreditadas pelo governo.

É muito mais vantajoso a aprendizagem da Língua Portuguesa em relação ao futuro dos estudantes que uma língua materna e limitada. Podemos observar que muitos pais timorenses fazem grandes esforços por obter um lugar aos seus filhos na escola portuguesa devido a essa segurança. O mesmo fazem pais que colocam seus filhos na escola internacional (Inglês), onde crianças aprendem o Inglês desde os quatro ou cinco anos, porque sabem que a Língua Portuguesa e o Inglês preparam as crianças para responder aos desafios que lhe surgem pela frente mais tarde e rentabilizar nos seus estudos. As línguas maternas têm o seu lugar próprio, como língua de introdução.

Alguns pretextos de que o abandono das crianças das escolas, é motivado pela Língua Portuguesa necessitam de ser fundamentadas.

Segundo a nossa verificação, o atraso e ausência de professores, o desempenho e a falta de qualificação dos mesmos, a má nutrição, a distância das escolas às casas, a falta de infraestrutura adequada, a carência de materiais didáticos, a falta de incentivos familiares e sociais, são factores consideráveis na retenção e no abandono dos alunos das escolas.[14]

Para evitar que novos bolseiros desistam das universidades portuguesas, como aconteceu no ano de 2002, quando muitos bolseiros decidiram ir trabalhar para Inglaterra e Irlanda, convém avaliar os diversos fatores que têm gerado essa desistência.

A este propósito, deve referir-se que, ainda recentemente, outro grupo de estudantes timorenses regressou a Timor-Leste. O mesmo aconteceu com estudantes timorenses enviados para o Brasil no Projeto Capes, os quais, quase a totalidade, tiveram dificuldades por causa do fraco domínio da Língua Portuguesa e esse facto dificultou a obtenção de melhores resultados por parte dos alunos nas universidades. Felizmente, nota-se que já há estudantes timorenses que dominam a Língua Portuguesa, como tivemos a oportunidade de verificar na nossa visita à UNILAB, em Redenção, no Ceará, em 2014.

---

[14] Desde 1975 o autor do artigo estava enovolvido na educação como professor da escola técnica e do Externato de S. José em Lahane – Díli. E na ocupação indonésia, trabalhava no Departemento Regional da Educação/*Kanwil Depdikbud* como chefe da Secção do Currículo e estava envolvido diretamente no projecto Piloto de Merenda Escolar, para as escolas primárias, conhecido na altura como projecto de *Makanan Tambahan,* ou seja, Adição Alimentar. E após a Restauração da Independência desempenhou a função como Secretário Permanente/Director Geral.

Devido à fraca preparação académica que os alunos têm nas nossas escolas, há que pensar num modelo adequado de reforço das competências científicas e linguísticas, de forma a que os estudantes, ao ingressarem nas universidades, tenham os níveis de confiança necessários para permanecerem até ao fim dos seus estudos. Durante esse período de preparação, que pode durar um ano, deve, pois, fortificar-se o domínio da língua, providenciar-se alguns cursos de *remedial teaching*, além de o aluno se preparar para se ajustar à realidade da universidade, em termos de disciplinas nos estudos, na preparação das aulas, na adaptação ao ambiente e à cultura universitária. Assim, para um aluno que entra numa universidade de Língua Portuguesa, a língua deixará de ser o principal problema.

Quando há insucesso com os bolseiros, que desistem dos seus estudos, procura-se sempre o *bode expiatório*. Quem foi o culpado? As universidades atiram a culpa às escolas secundárias, as secundárias às escolas básicas e assim sucessivamente. Também é verdade que uma educação primária *pobre* compromete todo o sistema do desenvolvimento do capital humano – ela produz estudantes mal preparados para o ensino secundário e terciário, tal como se refere no documento *Improving Primary Educaction in Developing Countries (*Lockheed *et alii,* p. 17). Daí, é muito importante estabelecer uma escola básica forte e bem fundamentada, com professores qualificados.

Atualmente, há estudantes da escola básica que têm poucas horas de aulas por dia, para além de que a taxa de ausência ao serviço por parte dos professores é relevante e que o não cumprimento de horários é quase uma cultura. Com esta realidade, qual será o futuro das crianças que têm enormes carências no seu percurso estudantil?

4. CONCLUSÃO

É urgente que se faça um estudo profundo e detalhado sobre a Educação baseado nos dados e ter uma visão sobre o futuro da Educação como meio *sine qua non* para responder aos desafios que surgem; capacitar professores segundo as exigências e sobretudo preparar a juventude para enfrentar a situação de continua mudança; enfrentar e solucionar os problemas no mercado de trabalho, grande presença estrangeira no mercado timorense; como solucionar o problema

quando as fontes do petróleo secarem ou quando o preço do petróleo cair; que aptidões oferecer à juventude para os habilitar na reconstrução do país, ou preparar a juventude como mão de obra qualificada para a emigração que possa surgir como programa de alternativa; como ajudar a juventude a viver sem total dependência das verbas do governo; como ajudar a juventude para rentabilizar o uso da agricultura, das energias renováveis (energia solar, água, vento etc.). Tudo isso requer preparação e capacitação de professores competentes e habilitados. Para isso é necessário formular um projeto educacional a longo prazo de quinze a vinte anos, mediante um "Consenso Nacional sobre a Educação", no parlamento e entre todos os partidos políticos para que um projecto de educação tenha uma duração de quinze a vinte anos e evitar que cada ministro faça a reforma da educação com inovações sem uma avalição adequada quando os programas e planos anteriores ainda não ganharam raízes ou ainda foram implementados como tem acontecido no Ministério da Educação.

Presentemente está a decorrer um trabalho sobre a Formação de Professores, por um Grupo Técnico para os Assuntos da Formação de Professores (GTT-AFP) a pedido de Sua Excelência, o Senhor Vice-Ministro Abel Freitas Ximenes e com o Despacho da Senhora Ministra Interina Dulce de Jesus Soares com a data de 24 de junho de 2015. O trabalho do grupo é debruçar-se sobre a Formação de Professores, porque de entre os vários problemas que o Ministério enfrenta, a Formação de Professores é considerada a mais urgente. Sem professores qualificados, não se pode esperar, a curto e longo prazo, uma educação de qualidade em Timor-Leste.

Em suma, investir na Educação não significa apenas *desembolsar dinheiro*, mas pressupõe *planificação, gestão, organização, administração, avaliação* e *Vontade Política*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASLAVSKY, Cecília. *Dez fatores para uma educação de qualidade para todos no século XXI*, Fundación Santillana, Semana Monográfica da Educação, Madrid, 2004.

BRAY, Mark. *Educational Planning in Small Countries*, University of Hong Kong, UNESCO.

DANANJAIA. *Pendidikan Mau Membawa Timor-Timur ke mana?*

FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados, Governo e organização no século XXI*, Editora Rocco Ltda, Rio de Janeiro, 2004.

Decreto Lei-Lei No. 4/2015 de 14 de janeiro.

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas Atuais da Educação*.

Grupo Coordenador da Renovação do Ensino em Timor, (GCRET), 1975.

INGLEHART, Ronald e Christian Wellzel. *Modernização, Mudança Cultural e Democracia,* Editora Francis Ltda., S. Paulo – SP.

Korea International Cooperation Agency, International Cooperation Training Center (KOIKA), *Workshop on Educational Policy and Reform*, December 1 (Mon.) – December 14 (Sund.) 2003.

LOCKEDED, Mairlaine E., Adrian M. Verspoo Rand Associates. *Improving Primary Education in Developing Countries*.

MARTINS, S.J. Pe. José Alves. *Da Cruz ao Sol Nascente* – Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Rua S. Barnabé, 32 – Braga, Fevereiro de 2014.

NUNES, José Walter. Património Subterrâneo de Brasília.

Plano de Desenvolvimento Nacional de Timor-Leste (PDN), 2006.

PERRENOUD, Philippe, Monica Gather Thrurler, Lino de Macedo, Nilso José Machado e Cristina Dias Alessandrini. *As competências para ensinar no século XXI, A formação de professores e o Desafio da Avaliação,* Artmed Editora S.A., 2002.

Díli, 23 de outubro de 2015